

Responsabilidade Social Corporativa na Perspectiva de Discentes de Administração: a Inversão da Pirâmide

Karina Santos Feu (UFES) - karinasfeu@gmail.com

Aline Chima Komino (UFES) - alinechima@hotmail.com

Annor da Silva Junior (UFES) - annorsj@gmail.com

Vitor Correa da Silva (UFES) - vitor_correa@msn.com

Raquel Veiga (UFES) - raqsveiga@gmail.com

Joao Gabriel Roldi Vago (UFES) - joao.roldi@gmail.com

Resumo:

Pretende-se com este estudo investigar o ponto de vista de discentes do curso de graduação em administração acerca da noção de responsabilidade social corporativa (RSC). Recorreu-se à teoria dos stakeholders para discutir a RSC e a perspectiva da educação formal para discutir a formação educacional do administrador. Realizou-se uma pesquisa survey aplicada junto aos discentes do curso de administração da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Os dados foram coletados por meio de triangulação ao combinar aplicação de questionário e pesquisa documental. Obteve-se 241 questionários válidos, sendo este o tamanho da amostra. A análise de dados foi realizada por meio do software SPSS (versão 20) com a utilização de testes não paramétricos. Os resultados revelam que do ponto de vista dos discentes em administração da UFES, as dimensões mais importantes da RSC são em ordem hierárquica a filantrópica, a ética, a legal e a econômica. Com isso, observa-se uma inversão na pirâmide de RSC proposta por Carroll (1991). Nesse sentido, torna-se necessário repensar a RSC tendo a filantropia como direcionadora dos objetivos organizacionais e de repensar a formação educacional do administrador concebendo-a como um processo holístico capaz de conciliar uma formação que seja simultaneamente crítica, reflexiva, tecnicista e funcionalista.

Palavras-chave: *Responsabilidade Social Corporativa. Formação do Administrador. Inversão da Pirâmide*

Área temática: *GT-16 “Da Lama ao Caos”: Reflexões sobre a Crise Socioambiental e as Relações Estado-Empresa- Sociedade*

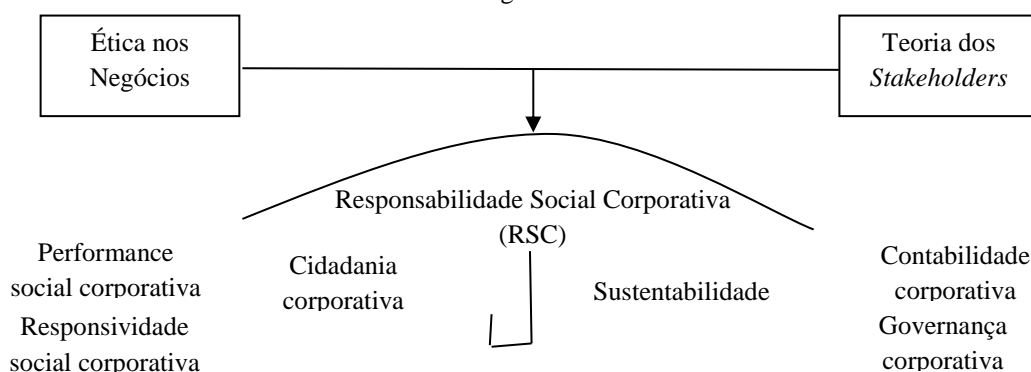
1. INTRODUÇÃO

Apresenta-se neste artigo os resultados de uma parte de um projeto de pesquisa mais amplo que articula os conceitos de ética, responsabilidade social corporativa (RSC) e sustentabilidade nos negócios para investigar o ponto de vista de discentes dos cursos de graduação e em administração, em ciências contábeis e em recursos humanos e de discentes de pós-graduação *lato-sensu* (especialização) na área de negócios. O foco deste artigo foi investigar o ponto de vista de discentes de administração sobre a noção de RSC. Para isso, abordou-se dois temas centrais: RSC e formação educacional do administrador.

Para abordar o tema RSC, recorreu-se à proposição de Parmar et al. (2010) que advogam a favor da relevância em articular a teoria dos *stakeholders* com a ética nos negócios e indicam, entre outros aspectos, que a RSC se configura como uma das resultantes mais relevantes desta relação. Para Parmar et al. (2010), a RSC constitui-se como um guarda-chuva capaz de abrigar uma série de conceitos, como por exemplo, performance social corporativa, responsabilidade social corporativa, cidadania corporativa, governança corporativa, contabilidade corporativa, empreendedorismo social corporativo e sustentabilidade e o *triple bottom line* proposto do John Elkington. Este guarda-chuva é ilustrado por meio da Figura 1 a seguir.

No contexto dessas discussões, apresentam-se de um lado, autores contrários ao papel social das organizações, como é o caso de Friedman (2014) que tomando como base os conceitos de propriedade, defende que a única responsabilidade social da empresa consiste em utilizar seus recursos para maximizar o lucro em benefício dos acionistas. De outro lado, apresentam-se os seguidores da abordagem *stakeholder* (FREEMAN, 1984) em que a gestão corporativa considera os interesses de todas as partes interessadas, mesmo sob a possibilidade de minimizar o retorno para os acionistas. Com isso, a organização tem as suas responsabilidades estendidas em que a governança socialmente responsável estaria vocacionada para levar em consideração as necessidades e interesses de todos os atores sociais que têm interesse na empresa (BARET, 2006; GOND; MULLENBACH-SERVAYRE, 2004).

Figura 1 - Guarda-chuva conceitual da responsabilidade social corporativa (RSC) com resultante da articulação entre a ética nos negócios e a teoria dos *stakeholders*.



Fonte: Elaborado pelos autores com fundamento em Parmar et al. (2010).

A teoria dos *stakeholders* sugere que ao se adotar como unidade de análise a relação entre a organização e os atores sociais (individuais ou coletivos) que afetam ou são afetados e que possuem interesses legítimos em aspectos processuais e substantivos relacionados às atividades corporativas, é possível lidar melhor com a complexidade do universo corporativo (FREEMAN, 1984; PARMAR et al., 2010; PURNELL; FREEMAN, 2012). Ao se

fundamentar na relação entre a organização e os atores sociais, este estudo volta-se para a problemática em torno da RSC.

Adota-se neste estudo o entendimento de que a RSC consiste no compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade de modo mais amplo, ou uma comunidade de modo mais específico, que é expresso por meio de atos e de atitudes que as afetem positivamente, agindo proativamente e coerentemente no que tange ao seu papel específico na sociedade e na comunidade, bem como na sua prestação de contas com elas (ASHLEY, 2003). Segundo Ashley (2003), agindo assim a organização assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas as suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos.

O segundo tema central do estudo volta-se para a formação do administrador. Embora reconheça que o processo de formação do administrador é complexo, holístico (CAPRA, 1996) e que articula as modalidades de educação formal, informal e não formal (GOHN, 2006), este estudo concentrou-se mais nas questões que envolvem a educação formal.

Historicamente a regulamentação da educação formal em administração no Brasil, ou seja, a formação obtida no curso de graduação em administração de empresas (bacharelado) está relacionada a dois eventos: (1) de um lado a regulamentação da profissão de administrador que ocorreu com a promulgação da Lei nº 4.769 de 1965; e (2) de outro com fixação do primeiro currículo mínimo e de duração do curso de graduação em administração, por meio do Parecer nº 307/66 do Conselho Federal da Educação (CFE) (NICOLINI, 2003). Apesar de iniciativas anteriores que contribuíram para a criação da educação superior em administração, foi a interseção desses dois eventos que efetivamente determinou os rumos dos cursos de graduação em administração no Brasil (NICOLINI, 2003).

A evolução histórica observada na educação superior em administração culminou recentemente com a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação em administração instituído por meio da Resolução nº 4 de 2005 (CNE, 2005). Essas DCN diferenciam-se do antigo currículo mínimo por se constituírem em orientações para que as IES elaborem seus currículos de forma específica assegurando a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida aos discentes. Ao elaborarem seus currículos as IES levam em consideração uma formação educacional e profissional que abranja um conjunto de competências e habilidades mínimas, das quais pode-se destacar, desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico; e ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional (CNE, 2005).

Nesse último aspecto, as DCN para o curso de administração fazem referência à vontade política e administrativa e para a consciência da qualidade e implicações éticas do exercício profissional, abrindo o caminho para que a formação do administrador englobe com uma das preocupações centrais a RSC. Nesse sentido, a formação do administrador por orientação das próprias DCN contempla simultaneamente uma formação tecnicista e funcionalista bem como uma formação crítica, reflexiva e preocupada com as questões socioambientais e de RSC (BOAVA; BOAVA; SETTE, 2014).

A articulação dos dois temas tem despertado o interesse de acadêmicos brasileiros e tem sido objeto de pesquisas e publicações recentes. Por exemplo, Medeiros, Borges e Sá (2007) mensuraram a importância da RSC para os discentes de administração de duas IES de Uberlândia, por meio de um *survey*. Os resultados encontrados são ambíguos ao destacarem que para os respondentes o desenvolvimento social de um país é uma atribuição governamental, porém, as companhias podem contribuir, e que na decisão de consumo, fatores como preço e qualidade são mais importantes que a atuação socialmente responsável das organizações.

Silva e Chauvel (2011) desenvolveram uma pesquisa qualitativa com realização de 30 entrevistas em profundidade junto a discentes de administração de cinco IES do Rio de Janeiro e de Niterói (Estado do Rio de Janeiro), com o objetivo de identificar a percepção destes discentes em relação à RSC. Os resultados indicaram que embora os respondentes dominem superficialmente o assunto há um reconhecimento da relevância do tema para a sua formação. Os respondentes indicaram ainda que o espaço dado ao tema ao longo do curso é insuficiente, com abordagem não planejada e carência em relação a uma perspectiva prática no processo de ensino e aprendizagem da RSC. Em estudo semelhante, Santos e Silva (2013) coletaram dados por meio de entrevista em profundidade junto a treze discentes de administração de duas universidades (uma pública e outra privada) localizadas no Rio de Janeiro. Os resultados foram semelhantes e convergentes aos encontrados por Silva e Chauvel (2011).

As contribuições teóricas e os estudos anteriores aqui apresentados forneceram os fundamentos para elaboração da seguinte questão norteadora da pesquisa: **qual é o ponto de vista de discentes em administração acerca da noção da RSC?** Com base neste problema de pesquisa definiu-se como objetivo geral identificar o ponto de vista de discentes em administração acerca da noção de RSC. A condução da pesquisa se deu por meio da realização de uma pesquisa quantitativa e descritiva com aplicação de um *survey* (BABBIE, 2005) junto aos discentes de administração da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) dos turnos matutino e noturno.

Justifica-se a realização do estudo por meio de diversos argumentos, dentre os quais destacam-se: (1) a formação do administrador, segundo as DCN para o curso de administração, pressupõe a abordagem de conteúdos relacionados à ética nos negócios e à RSC; (2) considera-se que a formação do administrador é um dos principais aspectos para a atuação desses futuros profissionais no universo corporativo, principalmente, no que tange às decisões a serem tomadas e nos impactos econômicos, sociais, políticos e ambientais a serem causados para a sociedade; e (3) a lacunas deixadas por estudos anteriores (SANTOS; SILVA, 2013; SILVA; CHAUVEL, 2011; MEDEIROS, BORGES; SÁ, 2007) que abordaram o tema de forma predominantemente qualitativa e privilegiaram abordar aspectos como o ensino de administração e a importância da RSC.

Como forma de preencher essas lacunas, esta pesquisa utiliza uma abordagem quantitativa e descritiva para identificar o ponto dos discentes acerca da RSC por meio de um questionário adaptado de Aupperle; Hatfield e Carroll (1983), de Aupperle; Carroll e Hatfield (1985) que tem como base a pirâmide da RSC proposta por Carroll (1991) e a relação de *stakeholders* apontados por e de Almeida (2007). As considerações acerca do questionário serão apresentadas mais adiante na apresentação do método adotado na pesquisa.

O artigo está estruturado em cinco seções além desta introdução. Na segunda seção apresenta-se o referencial teórico, abordando os temas RSC e formação do administrador. Na terceira seção são indicados os procedimentos metodológicos da pesquisa. Na sequência, apresenta-se os resultados, bem como a discussão dos mesmos. E, por fim, na sexta e última seção apresenta-se as conclusões da pesquisa, as limitações e as sugestões de novos estudos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Discute-se nesta seção os aspectos teóricos e conceituais relacionados à RSC e ao processo de formação educacional do administrador em cursos superiores de graduação. A despeito de toda a complexidade que envolve o tema, é pretensão neste artigo concentrar-se mais os fundamentos teóricos que nortearam os procedimentos de coleta e de análise de dados da pesquisa.

2. 1. Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

O tema RSC tem despertado o interesse do mundo acadêmico e empresarial por diversas razões, podendo-se destacar, a discussão acerca do papel social das organizações, a inabilidade do Estado em resolver questões de ordem social, o crescente poder político e econômico das grandes corporações, os escândalos corporativos, a crescente tomada de consciência acerca do comportamento empresarial injusto ou discriminatório e às reações conduzidas por ativistas e outras organizações a esse poder e comportamento (XAVIER; MARANHÃO, 2010; FARIA; SAUERBRONN, 2008).

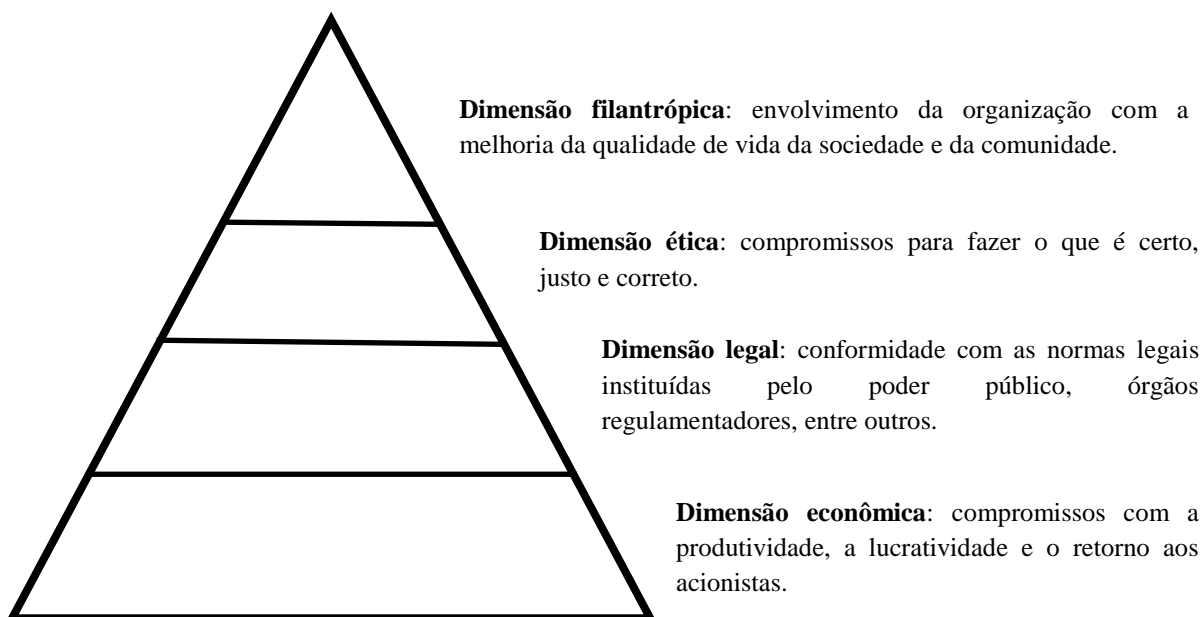
No artigo clássico intitulado “*Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct*”, Carroll (1999) traçou o processo histórico e de evolução da concepção e do conceito de RSC. Ao apresentar uma revisão teórica do tema desde a década de 1950 até os anos de 1990, Carroll (1999) aponta que o conceito de RSC tem uma longa e variada história que permanecerá como uma parte essencial da linguagem e da prática do mundo dos negócios por ser um suporte vital para outras bases teóricas e por ser consistente com as expectativas do público (*stakeholders*) em relação ao ambiente corporativo.

Dentre os conceitos e perspectivas teóricas estabelecidas na década de 1990, destaque-se a pirâmide da RSC proposta por Carroll (1991). Nesta pirâmide ilustrada por meio da Figura 2 a seguir, Carroll (1991) defende que a RSC da organização é constituída por quatro dimensões (ou categorias, ou ainda componentes) que são complementares e constituem o que o autor chama de RSC total.

Conforme aponta Carroll (1991) a dimensão econômica é a base de sustentação da pirâmide e de todas as demais dimensões. Consiste na obrigação da organização em ser produtiva e lucrativa, para atender as necessidades de consumo da sociedade bem como as expectativas dos acionistas de obter retorno sobre o investimento. Todos os outros papéis ou compromissos organizacionais são atributos derivados desse pressuposto fundamental.

Já a dimensão legal consiste na codificação no campo do direito de valores morais e éticos da sociedade indicando o que é certo e errado. Nesse sentido, a organização adiciona à sua missão econômica, o compromisso com a conformidade legal, o respeito às normas e regulamentos promulgados pelo poder público. Com isso, há uma expectativa da sociedade que as organizações ofereçam produtos dentro das normas de segurança e obedeçam a regulamentações governamentais (CARROLL, 1991).

Figura 2 – Pirâmide da Responsabilidade Social Corporativa (RSC)



A dimensão ética, por sua vez consiste no compromisso organizacional de fazer o que é certo e errado segundo os valores morais e éticos da sociedade, mesmo que esta conduta não esteja regulada ou codificada no campo do direito. Assim, esta dimensão leva em consideração os princípios e os padrões que definem a conduta aceitável determinada coletivamente pela sociedade. O processo decisório tem como referência as consequências das ações organizacionais praticadas, preocupando-se com o direito dos outros, cumprindo com as obrigações e evitando causar prejuízos a terceiros (CARROLL, 1991).

Por fim, a dimensão filantrópica abrange as ações organizacionais que representam respostas às expectativas da sociedade de que as organizações sejam boas cidadãs corporativa. Com isso, há uma expectativa de que a organização esteja envolvida com a melhoria da qualidade de vida na sociedade por meio da articulação das responsabilidades legal, ética e econômica, bem como a adoção de práticas filantrópicas (CARROLL, 1991).

Utilizou-se a pirâmide de RSC proposta por Carroll (1991) como orientação teórica para nortear os procedimentos de coleta e de análise de dados realizados nesta pesquisa. Considerações acerca desses procedimentos serão detalhadas mais adiante na seção que trata do método.

2. 2. A Formação Educacional do Administrador

Conforme já destacado na introdução, a expansão da educação formal (GOHN, 2006) em cursos de graduação em administração está relacionada à articulação de dois aspectos centrais e complementares. O primeiro diz respeito a fato de que a regulamentação da educação superior em administração foi uma consequência da regulamentação profissional, ou seja, a finalidade de cursar a graduação em administração está relacionada à obtenção do diploma de bacharel, que habilita o diplomado a registrar-se no sistema CFA, e com isso, exercer a profissão de administrador (NICOLINI, 2003). O segundo aspecto, refere-se ao fato da educação formal requerer normatização e articulação de organismos institucionais que forneçam a organização e sistematização necessárias ao seu funcionamento (GOHN, 2006). É o que ocorre no relacionamento entre o MEC (instituição que representa a área educacional) e o CFA (instituição que representa a entidade de classe profissional) que, em conjunto, viabilizam a educação formal em administração ao discutirem as DCN, a carga horária, o conjunto de competências e habilidades mínimas, entre outros aspectos.

No contexto das discussões acerca dos cursos de graduação em administração no Brasil, Alcadiyani e Caldas, (2012) e Nicolini (2003) destacam a forte influência de orientações anglo-saxônicas, sobretudo na troca de experiências e na reprodução de modelos importados dos Estados Unidos da América (EUA). Essa influência anglo-saxônica, foi em parte responsável pelo viés funcionalista e positivista que se tornou hegemônico nos cursos de administração no Brasil (BOAVA; BOAVA; SETTE, 2014; MOZATTO; GRZYBOVSKI, 2013; VIEIRA; CALDAS, 2006).

Segundo Boava; Boava e Sette (2014) esse viés funcionalista teve como consequência a ausência de crítica que levou a educação de administração no Brasil a caracterizar-se pela presença de currículos demasiadamente focados em superestruturas funcionais do ramo, tolhendo os alunos de disciplinas reflexivas que possibilitem o desenvolvimento de competências e habilidades do administrador. É nessa linha de pensamento que se levanta, também, a crítica ao caráter tecnicista dos cursos de administração.

Historicamente, desde o surgimento do curso no Brasil até a atualidade, observou-se a demanda por métodos e técnicas para atender as exigências da constante mudança do mercado. Diante desse contexto, Tragtenberg (1990) posiciona-se criticamente ao afirmar que universidade reproduz o modo de produção capitalista dominante tendo na figura do professor o papel de “cão de guarda” do sistema, produtor e reproduzidor da ideologia dominante. Nesse sentido, as universidades acabam por se omitir na promoção da reflexão e da crítica.

Uma das possibilidades de explorar um viés crítico e reflexivo no curso de administração ocorre em disciplinas que abordam questões relacionadas à ética e à RSC. Segundo Medeiros; Borges e Sá (2007) e Urdan e Huertas (2004) a introdução da discussão da RSC nos cursos de graduação em administração está relacionada aos comportamentos antiéticos observados em algumas companhias decorrentes de decisões gerenciais danosas para a sociedade. Segundo os autores, uma via para se prevenir tais comportamentos é a educação, sobretudo em termos da formação que conscientize o futuro profissional de administração para as implicações socioambientais das decisões gerenciais.

3. MÉTODO

Metodologicamente a pesquisa caracteriza-se como um estudo descritivo-quantitativo, por meio do método de pesquisa *survey* interseccional (BABBIE, 2005). A população objeto desta investigação foram os discentes do curso de graduação em administração da UFES distribuídos em dois turnos letivos: matutino e noturno.

Como forma de triangulação (DENZIN, 1989; JICK, 1979) combinou-se dois procedimentos de coleta de dados: pesquisa documental e aplicação de questionário. A pesquisa documental foi realizada junto as DCN do curso de graduação em administração (CNE, 2005), aos dados estatísticos fornecidos pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), pelo Departamento de Administração (DADM) e disponíveis no sítio eletrônico da UFES e do curso de administração. Os principais documentos analisados foram as DCN e o PPC do curso de administração da UFES (turnos matutino e noturno) que contém todas as informações relativas ao curso, como por exemplo, perfil do egresso, estrutura curricular, composição do corpo docente entre outras.

O questionário utilizado na pesquisa foi adaptado do instrumento de coleta de dados desenvolvido, testado e validado por Aupperle; Hatfield e Carroll (1983), Aupperle; Carroll e Hatfield (1985) e Almeida (2007). Estruturou-se o questionário com dois blocos: o primeiro com 11 perguntas que visavam identificar as características sociodemográficas dos respondentes; e o segundo com 16 perguntas relacionadas ao foco central da pesquisa. Essas perguntas foram identificadas na seção que trata da apresentação dos resultados com a letra “P” seguida do número da pergunta.

No segundo bloco, cada pergunta apresentava aos respondentes quatro afirmativas, sendo que cada uma delas representava uma das quatro dimensões da RSC (CARROLL, 1991). Seguindo orientações de Almeida (2007), essas 16 perguntas do segundo bloco do questionário foram relacionadas com seis diferentes *stakeholders*, sendo 6 perguntas relacionadas com o *stakeholder* sociedade e outras 2 perguntas para cada um dos seguintes *stakeholders*: empregados, meio ambiente, clientes, fornecedores e concorrentes.

Foi utilizada uma escala de soma constante (COOPER; SCHINDLER, 2016) que força o respondente a escolher e pontuar (mensurar o seu ponto de vista) entre quatro opções relativas às dimensões de RSC (CARROLL, 1991), tendo como referência um *stakeholder* específico (ALMEIDA, 2007). Assume-se neste caso, que quanto maior a proporção do valor total da escala de soma constante atribuída por um respondente a uma determinada dimensão de RSC, maior é a avaliação quantitativa desse respondente quanto a esta dimensão em relação às demais. Portanto, os respondentes foram solicitados a indicar um valor entre 0 (zero ponto) e 10 (dez pontos) para cada uma das quatro afirmativas de maneira que a soma dos quatro pontos indicados sempre fosse 10 (dez). A Figura 3 a seguir apresenta exemplos de possíveis atribuições de pontos que os respondentes poderiam realizar para as quatro dimensões de RSC.

Figura 3 – Exemplos de possibilidade de pontos que poderiam ser atribuídos pelos respondentes

<table style="border-collapse: collapse;"> <tr><td style="padding: 2px;">A..... 4</td><td rowspan="4" style="font-size: 3em; padding: 0 10px;">}</td><td rowspan="4" style="vertical-align: middle;">10</td></tr> <tr><td style="padding: 2px;">B..... 2</td></tr> <tr><td style="padding: 2px;">C..... 2</td></tr> <tr><td style="padding: 2px;">D..... 2</td></tr> </table>	A..... 4	}	10	B..... 2	C..... 2	D..... 2	<table style="border-collapse: collapse;"> <tr><td style="padding: 2px;">A..... 1</td><td rowspan="4" style="font-size: 3em; padding: 0 10px;">}</td><td rowspan="4" style="vertical-align: middle;">10</td></tr> <tr><td style="padding: 2px;">B..... 3</td></tr> <tr><td style="padding: 2px;">C..... 4</td></tr> <tr><td style="padding: 2px;">D..... 2</td></tr> </table>	A..... 1	}	10	B..... 3	C..... 4	D..... 2	<table style="border-collapse: collapse;"> <tr><td style="padding: 2px;">A.....5</td><td rowspan="4" style="font-size: 3em; padding: 0 10px;">}</td><td rowspan="4" style="vertical-align: middle;">10</td></tr> <tr><td style="padding: 2px;">B.....5</td></tr> <tr><td style="padding: 2px;">C.....0</td></tr> <tr><td style="padding: 2px;">D.....0</td></tr> </table>	A.....5	}	10	B.....5	C.....0	D.....0
A..... 4	}			10																
B..... 2																				
C..... 2																				
D..... 2																				
A..... 1	}	10																		
B..... 3																				
C..... 4																				
D..... 2																				
A.....5	}	10																		
B.....5																				
C.....0																				
D.....0																				

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os questionários foram aplicados presencialmente em salas de aulas no primeiro semestre letivo de 2016. Na aplicação dos questionários foi apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos respondentes explicando os objetivos da pesquisa, bem como aspectos relativos aos princípios de ética em pesquisa com seres humanos. Destaca-se que a participação dos respondentes foi voluntária e que os mesmos poderiam interromper a sua participação na pesquisa a qualquer momento.

Inicialmente, objetivava-se identificar se existiam diferenças entre as médias das quatro dimensões de RSC por meio do teste paramétrico ANOVA de medidas repetidas, adequado para testar a média entre mais de duas amostras emparelhadas. Sendo assim, testou-se a normalidade dos dados por meio dos testes de *Kolmogorov-Smirnov* e *Shapiro-Wilk*. Como os resultados destes testes, omitidos por questão de brevidade, rejeitaram a hipótese de normalidade em todas as variáveis da pesquisa (16 perguntas do segundo bloco do questionário), optou-se por utilizar o teste de *Friedman*, visto que ele pode ser considerado uma alternativa não paramétrica para testar a diferença entre as médias de duas ou mais amostras emparelhadas (FÁVERO et al., 2009).

Além da análise de diferença entre as médias das dimensões de RSC em cada uma das 16 perguntas do segundo bloco do questionário, realizou-se também um procedimento de atribuição de pesos às dimensões de RSC, com base no número de vezes em que cada uma ficou em primeiro, em segundo, em terceiro e em quarto lugar a partir de uma análise de todas as respostas do segundo bloco do questionário. O objetivo dessa atribuição de pesos foi construir uma métrica que permitisse uma avaliação geral da importância que os respondentes atribuem a cada uma das dimensões de RSC analisadas em conjunto.

Por fim, também foi realizada uma análise sobre como os aspectos sociodemográficos dos respondentes interferem nas respostas dadas no segundo bloco do questionário. Destaca-se que caso a variável sociodemográfica fosse categorizada em dois grupos, como a variável “sexo” (masculino ou feminino), utilizou-se o teste de *Mann Whitney*. Para o caso de variáveis com mais de dois grupos, como a variável “faixa etária” (categorizada em três grupos), utilizou-se o teste de *Kruskal Wallis* (FÁVERO et al., 2009).

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Estruturou-se a seção de apresentação dos resultados em três partes. Na primeira parte, são apresentadas as considerações acerca do curso de graduação em administração da UFES. Na segunda apresentam-se os dados sociodemográficos da amostra objeto de investigação nesta pesquisa. Por fim, na terceira parte, são apresentados os resultados relativos ao ponto de vista dos discentes em administração da UFES em relação à RSC.

4.1 O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UFES

O curso de administração da UFES foi criado por meio da Portaria nº 25 de 18 de setembro de 1967. Segundo o PPC fornecido pela PROGRAD, o parecer favorável a criação do curso ocorreu em 1969 tendo sua primeira turma ingressado, via vestibular, em junho do mesmo ano. Originalmente o curso era ofertado apenas pela manhã, entretanto, em 2009, o curso passou a ser oferecido também no turno noturno.

Formalmente o curso de administração da UFES possui um PPC para o turno matutino e outro para o turno noturno. Nos dois PPC observa-se a mesma definição do perfil do egresso, que contempla, entre outros aspectos, o compromisso do curso em trabalhar junto aos discentes a internalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional, uma sólida formação humanista e visão global, além de sólida formação técnica e científica.

Embora tenham a mesma definição de perfil de egresso para os dois turnos, constatou-se que as estruturas curriculares são diferentes, sendo que o turno matutino é composto por 8 módulos que podem ser integralizados em 4 anos; e o turno noturno, possui 9 módulos que podem ser integralizados em 4,5 anos, ambos podendo ser estendidos por no máximo mais dois anos. Destaca-se que segundo a estrutura de gestão universitária da UFES, o corpo docente vinculado ao Departamento de Administração (DADM) atende aos dois turnos de funcionamento do curso e que os discentes do turno matutino podem cursar disciplinas no turno noturno e vice-versa e ter os créditos aproveitados por meio de processo de aproveitamento de crédito ou de dispensa de disciplinas.

Em relação ao foco de interesse nesta pesquisa que é a oferta de conteúdos relacionados à ética e a RSC destaca-se que o turno matutino, com PPC atualizado em 2007, existem duas disciplinas obrigatórias que abordam o tema, ética empresarial (ofertada no 7º período) e gestão ambiental (ofertada no 5º período). Já em relação ao turno noturno, com um PPC mais recente de 2009, observou-se a presença das disciplinas ética empresarial (para o 3º período), gestão ambiental (para o 6º período) e a responsabilidade social e 3º setor (ofertada no 5º período). Além dessas, são ofertadas para os dois turnos disciplinas optativas ligadas ao tema, como por exemplo, gestão social e participativa, meio ambiente e desenvolvimento sustentável e sociologia e meio ambiente.

Considerando as características do curso, da estrutura de gestão universitária da UFES, do perfil do egresso definido nos PPC e o objeto de investigação da pesquisa, optou-se neste estudo por tratar os dois turnos em conjunto. Com isso, os dados coletados, analisados e apresentados nas próximas subseções e seções do texto serão tratados coletivamente.

4.2 DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Apresenta-se nesta subseção aspectos relacionados à população e a amostra da pesquisa, bem como suas características sociodemográficas. Segundo os dados da PROGRAD da UFES, há no curso 792 discente matriculados, sendo 382 no turno matutino e 410 no turno noturno. Levando-se em consideração o tamanho da população, o nível de confiança de 95% e erro amostral de 6%, o tamanho requerido de uma amostra probabilística que permita a generalização dos resultados é de 200 alunos matriculados.

A coleta de dados teve como resultado 241 questionários válidos, sendo este o tamanho da amostra. Assim, ao considerar o tamanho da amostra requerido e o quantitativo de questionários coletados junto a amostragem probabilística, foi possível a generalização dos resultados para toda a população. A Tabela 1 a seguir apresenta a síntese dos resultados dos dados sociodemográficos da amostra investigada.

Tabela 1 - Dados Sociodemográficos da Amostra Investigada

Turno		Cursou RSC			
Matutino	134 55,60%	Não	79	32,78%	
Noturno	107 44,40%	Cursando	28	11,62%	
Total	241 100%	Sim	134	55,60%	
Período		Total	241	100%	
Início	80 33,20%	Possui Outra Graduação			
Meio	76 31,54%	Não	219	90,87%	
Fim	85 35,27%	Sim (concluída ou cursando)	22	9,13%	

Total	241	100%	Total	241	100%
Sexo			Possui Pós-Graduação		
Masculino	133	55,19%	Não	234	97,10%
Feminino	108	44,81%	Sim (concluída ou cursando)	7	2,90%
Total	241	100%	Total	241	100%
Faixa Etária			Atividade profissional		
De 16 a 25 anos	193	80,08%	Não possui	85	35,27%
De 26 a 35 anos	39	16,18%	Estagiário	65	26,97%
Mais de 35 anos	9	3,73%	Empregado	63	26,14%
Total	241	100%	Empresário	20	8,30%
Estado Civil			Outra	8	3,32%
Solteiro ou Divorciado	219	90,87%	Total	241	100%
Casado	22	9,13%	Setor de Atuação		
Total	241	100%	Não se aplica	85	35,27%
Cursou Moral e Ética			Privado	83	34,44%
Não	37	15,35%	Público	51	21,16%
Cursando	45	18,67%	Misto	11	4,56%
Sim	159	65,98%	Sem fins lucrativos	11	4,56%
Total	241	100%	Total	241	100%

Fonte: dados da pesquisa

Conforme destacado na Tabela 1 anterior, constata-se que a amostra investigada neste estudo tem distribuição equilibrada para aspectos como turno, período e sexo. Já em relação a outros aspectos, observa-se que a maioria é de faixa etária de 16 a 25 anos; solteiro ou divorciado; não possui outra graduação; não possui pós-graduação; e possui outra atividade profissional (além de ser estudante) nos setores público, privado ou misto. Em relação a ter cursado disciplinas e/ou conteúdos ao longo do curso envolvendo a ética, a moral e a RSC, observa-se que a maioria já cursou e/ou está cursando tais disciplinas e/ou conteúdos. Para efeito de análise dos dados, pode-se verificar que a amostra é vista como coerente e adequada para informar o seu ponto de vista sobre a RSC. Esses aspectos indicam que a amostra possui nível de formação e de maturidade para responder ao questionário proposto com conhecimento sobre o assunto.

4.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: O PONTO DE VISTA DOS DISENTES EM ADMINISTRAÇÃO DA UFES

Para a identificação de diferenças entre as médias das quatro dimensões de RSC nas 16 perguntas do segundo bloco do questionário, utilizou-se o teste de *Friedman*. O referido teste, que também pode ser utilizado para o caso de variáveis qualitativas ordinais, não avalia as médias diretamente, mas sim os pontos de um *ranking* criado pelo próprio teste. A média desses pontos pode ser interpretada de forma semelhante à interpretação de uma média tradicional, ou seja, quanto maior o valor da média dos pontos do *ranking* criado pelo teste de *Friedman* para uma determinada dimensão da RSC, maior é a preferência dos respondentes quanto àquela dimensão.

A Tabela 2 a seguir apresenta as médias dos pontos dos *rankings* criados pelo teste de *Friedman* para cada uma das quatro dimensões de RSC nas 16 perguntas do segundo bloco do questionário, separadas por *stakeholder* de interesse. Na Tabela 2 há também o valor da estatística χ^2 e os p-valores encontrados pelo teste de *Friedman*.

Tabela 2 – Médias dos pontos dos *rankings* criados pelo teste de *Friedman*

<i>Stakeholder</i>	Perguntas do bloco II	Médias				χ^2	p-valor
		Econômica	Legal	Ética	Filantrópica		
Sociedade	P1	2,29	2,67	2,16	2,87	57,38	0,000
	P4	2,24	2,48	2,76	2,53	24,25	0,000
	P7	2,13	2,44	2,62	2,81	44,65	0,000
	P10	2,55	2,38	2,70	2,37	12,65	0,005
	P13	2,63	2,44	2,54	2,39	5,94	0,114
	P16	2,55	2,27	2,37	2,80	28,18	0,000
Empregados	P2	2,25	2,61	3,04	2,10	91,57	0,000
	P9	2,31	2,57	2,82	2,30	32,75	0,000
Meio ambiente	P3	2,33	2,80	2,41	2,46	24,32	0,000
	P11	2,50	2,41	2,91	2,18	49,20	0,000
Clientes	P5	2,28	2,34	2,62	2,75	26,70	0,000
	P12	2,56	2,42	2,42	2,60	4,70	0,195
Fornecedores	P6	2,40	2,85	2,08	2,67	60,47	0,000
	P14	2,21	2,52	2,41	2,86	40,02	0,000
Concorrentes	P8	1,87	2,62	2,63	2,89	97,98	0,000
	P15	2,66	2,68	2,18	2,48	28,75	0,000

Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode ser observado na Tabela 2 anterior, apenas nas perguntas P13 e P12, que estão relacionadas com os *stakeholders* sociedade e clientes, respectivamente, não houve diferenças entre as médias, ou seja, os resultados não permitem inferir que os respondentes atribuem um nível de importância diferente para alguma das dimensões de RSC em relação aos aspectos abordados nestas duas perguntas. No entanto, pode-se observar que as demais perguntas apresentaram diferenças significativas ao nível 1%, ou seja, há diferenças entre as médias, aspecto que sugere que os respondentes atribuem um nível de importância diferente para alguma(s) das quatro dimensões de RSC.

Para facilitar a visualização dos resultados, assim como identificar a ordem de importância atribuída pelos respondentes às dimensões de RSC em cada pergunta do segundo bloco do questionário, ordenou-se as dimensões em primeiro, em segundo, em terceiro e em quarto lugar, conforme as médias das dimensões em cada pergunta, a partir da indicação do teste de *Friedman* de que há diferenças estatisticamente significativas entre essas médias. Dessa forma, a pergunta P8, por exemplo, relacionada ao *stakeholder* concorrente, apresenta a média mais alta na dimensão filantrópica, seguida pelas dimensões ética, legal e econômica. Enquanto as médias podem ser observadas na Tabela 2 anterior, esta ordenação está apresentada na Tabela 3 a seguir. As perguntas P13 e P12 não foram consideradas nesta ordenação porque os resultados do teste de *Friedman* não indicaram diferenças entre as médias.

Tabela 3 – Ordem de importância das dimensões de RSC atribuída pelos respondentes

<i>Stakeholder</i>	Pergunta do Bloco II	Econômica	Legal	Ética	Filantrópica
Sociedade	P1	3°	2°	4°	1°
	P4	4°	3°	1°	2°
	P7	4°	3°	2°	1°
	P10	2°	3°	1°	4°
	P13	-	-	-	-
	P16	2°	4°	3°	1°
Empregados	P2	3°	2°	1°	4°
	P9	3°	2°	1°	4°
Meio ambiente	P3	4°	1°	3°	2°
	P11	2°	3°	1°	4°
Clientes	P5	4°	3°	2°	1°
	P12	-	-	-	-
Fornecedores	P6	3°	1°	4°	2°
	P14	4°	2°	3°	1°
Concorrentes	P8	4°	3°	2°	1°
	P15	2°	1°	4°	3°

Fonte: Dados da pesquisa.

Visando identificar se existem diferenças entre os níveis de importância atribuídos pelos respondentes às dimensões de RSC, optou-se por atribuir quatro pesos diferentes para o número de vezes que cada dimensão ficou em primeiro, em segundo, em terceiro e em quarto lugar, sendo o peso para o número de vezes em primeiro lugar o de maior valor, e o peso para o número de vezes em quarto lugar o de menor valor. Dessa forma, realizou-se o seguinte procedimento: multiplicou-se o número de vezes que cada dimensão ficou em primeiro lugar por 4; o número de vezes que cada dimensão ficou em segundo lugar por 3; o número de vezes que cada dimensão ficou em terceiro lugar por 2 e, por fim, o número de vezes que cada dimensão ficou em quarto lugar por 1. Esta ordenação geral e a pontuação obtida por cada dimensão após a atribuição dos pesos está apresentada na Tabela 4 a seguir.

Tabela 4 – Ordenação geral das dimensões e pontuação após a atribuição dos pesos

Dimensão da RSC	N° de 1° lugares	N° de 2° lugares	N° de 3° lugares	N° de 4° lugares	Pontuação
Econômica	0	4	4	6	26
Legal	3	4	6	1	37
Ética	5	3	3	3	38
Filantrópica	6	3	1	4	39

Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode ser observado na Tabela 4, a dimensão econômica, considerada a dimensão mais importante da RSC, sendo, inclusive, a base da pirâmide da RSC por representar o fundamento para as demais dimensões (CARROLL, 1991), recebeu a menor pontuação após a atribuição dos pesos. Em contrapartida, a dimensão filantrópica recebeu a maior pontuação após o procedimento de atribuição dos pesos, seguida pelas dimensões legal e ética. Nota-se, portanto, uma inversão da pirâmide da RSC, visto que a pontuação obtida

apresentou uma sequência ordinal inversa à proposta teórica da RSC (CARROLL, 1991). Ressalta-se que a pontuação em questão pode ser interpretada como uma métrica para a importância que os respondentes atribuem para cada uma das dimensões de RSC.

Porém, salienta-se que a proximidade dos pontos obtidos entre as dimensões legal, ética e filantrópica sugere que não se deve considerar a ordem encontrada entre essas três dimensões como um resultado claro e evidente da pesquisa. É possível que esta ordem seja fruto de um viés amostral, de maneira que uma outra amostra poderia apresentar uma ordem diferente entre essas três dimensões. No entanto, o afastamento de 11 pontos entre a dimensão econômica e a dimensão legal sugere que, possivelmente, os respondentes desprestigiam a dimensão econômica da RSC em comparação com as demais dimensões.

Todo este procedimento realizado para as 16 perguntas do segundo bloco do questionário, também foi realizado considerando cada *stakeholder* separadamente. No entanto, os resultados das análises separadas de cada *stakeholder* de interesse caminham na mesma direção que os resultados que consideraram todos os *stakeholders* conjuntamente. Dessa forma, optou-se por omitir as tabelas relacionadas aos demais *stakeholders* por questão de brevidade.

Por fim, utilizando-se os testes de *Mann Whitney*, para o caso de variáveis sociodemográficas com duas categorias, e *Kruskal Wallis*, para o caso de variáveis sociodemográficas com mais de duas categorias, buscou-se identificar como as variáveis sociodemográficas interferem nas respostas dos discentes de administração da UFES nas 16 perguntas do segundo bloco do questionário. Apenas a variável sexo apresentou resultados que sugerem que as suas categorias (masculino e feminino) se diferenciam em relação a algumas dimensões de RSC. Os resultados dos testes, omitidos por questão de brevidade, indicam que as mulheres apresentam julgamentos diferentes dos homens, principalmente em relação às dimensões econômica e filantrópica. Enquanto as mulheres atribuíram valores maiores para a dimensão filantrópica e valores menores para a dimensão econômica, os homens fizeram o contrário.

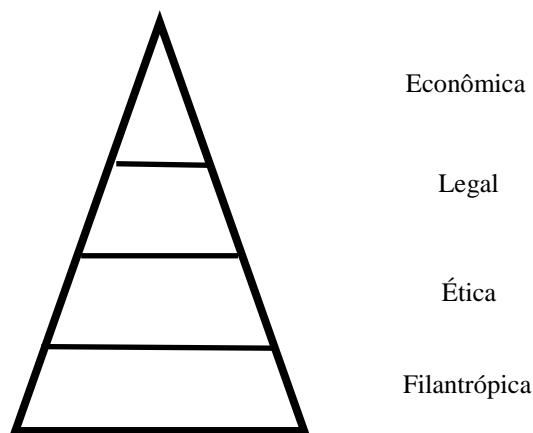
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados apresentados na seção anterior indicam como resultados dois pontos centrais: primeiro, a inversão da pirâmide de RSC proposta por Carroll (1991); e segundo, a baixa pontuação obtida pela dimensão econômica de RSC (CARROLL, 1991). Esses resultados remetem a duas linhas interpretativas complementares, sendo uma voltada diretamente para a noção de RSC e outra voltada para a formação do administrador.

Sobre a noção de RSC, verifica-se, num primeiro momento, que para os respondentes a sequência hierárquica das dimensões de RSC assim se apresenta: filantrópica, ética, legal e econômica. Em outros termos, para os respondentes o envolvimento da organização com a melhoria da qualidade de vida da sociedade e da comunidade é a principal preocupação da gestão corporativa e a base da pirâmide. Subindo para os níveis superiores da pirâmide vêm a preocupação em fazer o que é justo e certo, a necessidade de conformidade legal e cumprimento das normas estabelecidas para, por fim, preocupar-se com questões econômicas e de lucratividade. No geral essa noção de RSC contrapõe-se às proposições de Carroll (1991). A Figura 4 a seguir ilustra esta inversão na pirâmide.

Ainda em relação à noção de RSC, o segundo ponto refere-se à baixa pontuação da dimensão econômica, indicando que para os respondentes os compromissos organizacionais com a produtividade, a lucratividade e o retorno aos acionistas não representam os principais objetivos organizacionais. O ponto de vista dos respondentes apresenta-se como uma alternativa radicalmente diferente dos postulados de Friedman (2014) para quem só há uma responsabilidade social da organização, qual seja, utilizar recursos (para produção) e colocá-los em atividades a fim de maximizar os lucros e os retornos aos acionistas.

Figura 4 – Pirâmide Invertida da Responsabilidade Social Corporativa (RSC)



Fonte: Dados da pesquisa

Nesse sentido, a noção de RSC para os respondentes alinha-se com a perspectiva da teoria dos *stakeholders*. Segundo Freeman (1984), Parmar et al. (2010) e Purnell e Freeman (2012) esta teoria indica caminhos para lidar melhor com a complexidade do universo corporativo em termos de criação de valor, do monitoramento de possíveis falhas morais na condução dos negócios e da sobrevivência das organizações no sistema capitalista.

Na linha interpretativa voltada para a formação do administrador observa-se que as explicações para esses resultados podem estar relacionadas a fatores complementares e interdependentes relacionados ao curso de administração da UFES, tais como: (1) a natureza de universidade pública; (2) a flexibilidade proporcionada pelas DCN do curso de administração na elaboração dos PPC; (3) a orientação humanística voltada para conscientização ética e de responsabilidade social previstas para o perfil de egressos no PPC; (4) os conteúdos de ética e RSC abordados no curso; (5) as características do corpo docente; e (6) a influência dos níveis de educação formal, informal e não formal (GOHN, 2006) na formação do ponto de vista dos respondentes acerca da RSC. Ressalta-se que outros fatores podem contribuir para as possíveis explicações dos resultados, ou seja, assume-se que esses seis fatores explorados não são os únicos a contribuir para a interpretação e compreensão dos resultados.

O primeiro fator apontado está relacionado ao fato da UFES configurar-se como uma universidade pública federal. Conforme defendem Silva Junior e Muniz (2004), essas instituições, por força de regulamentação governamental, se caracterizam como instituições pluridisciplinares que gozam de autonomia universitária. Suas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão são consideradas indissociáveis e prestadas de forma gratuita à população pelo fato de pertencerem ao poder público federal.

Como aponta Nicolini (2003, p. 53), em instituições que ofertam serviços educacionais plenos (ensino, pesquisa e extensão) “sedimenta-se um conhecimento que é essencialmente dinâmico, que acrescenta, desenvolve-se e adapta-se às condições socioeconômico-culturais desiguais, a partir da revelação de seus mecanismos e de como manuseá-los”. Em razão disso, essas instituições diferenciam-se daquelas que se concentram apenas no ensino de administração de forma eminentemente rígida e estática. Nesse sentido, o ensino, oferecido de forma única, serve “tão somente para a produção em massa de bacharéis, e as escolas de Administração, como estão estruturadas, mais se parecem com uma fábrica do que com um laboratório” (NICOLINI, 2003, p. 48). Em outros termos, o fato dos respondentes estarem em

contato com o ensino, a pesquisa e a extensão no ambiente universitário, contribui para uma formação mais crítica, reflexiva e questionadora, capaz, por exemplo, de apresentar um ponto de vista alternativo, que indique a inversão da pirâmide da RSC.

O segundo e o terceiro fatores estão diretamente relacionados ao processo de regulamentação da educação superior brasileira e, no caso específico do curso de administração – as DCN (CNE, 2005). As DCN para o curso de administração permitem que as IES façam escolhas e as coloquem em prática no momento em que organizam os seus PPC. Com isso, as IES e os cursos fazem uso de sua vontade política e administrativa para definirem aspectos centrais no PPC, como por exemplo, os objetivos do curso, o perfil do egresso, a estrutura curricular, o corpo docente, as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão entre outras.

Os resultados indicam que o curso de administração da UFES foi exitoso em definir um perfil de egresso humanista e preocupado com questões éticas e de responsabilidade social e ao estruturar o currículo que contemple simultaneamente uma formação tecnicista, funcionalista crítica, reflexiva e preocupada com as questões socioambientais e de RSC (BOAVA; BOAVA; SETTE, 2014). Observa-se com isso, que o curso de administração da UFES afasta-se da concepção de fábrica de administradores apontada por Nicolini (2003).

O quarto fator diz respeito aos conteúdos de ética e de RSC abordados no curso. A análise dos programas das disciplinas indica que esses conteúdos são discutidos ao longo do curso, permitindo aos discentes uma maior conscientização sobre as questões voltadas para a atuação socialmente responsável de profissionais de administração (MEDEIROS; BORGES; SÁ, 2007; URDAN; HUERTAS, 2004). Aparentemente, a oferta de disciplinas do curso de administração da UFES alinha-se com as considerações de Boava; Boava e Sette (2014) que defendem um ensino de administração mais crítico e reflexivo e menos funcionalista.

O quinto fator refere-se às características do corpo docente vinculado ao curso. Segundo o PPC, o site do curso e o Currículo Lattes dos docentes, constata-se que o corpo docente é constituído predominantemente por doutores com carga horária de 40 horas semanais e dedicação exclusiva à universidade. Do total de 40 docentes, aproximadamente 22 docentes possuem atuação na pós-graduação da universidade em programas de doutorado e de mestrado e envolvidos em projetos de pesquisa e orientações de teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso e iniciação científica (IC). Essas características do corpo docente viabilizam uma educação que articula simultaneamente ensino, pesquisa e extensão permitindo ao discente uma formação educacional holística (CAPRA, 1996) que viabilize simultaneamente formação tecnicista, crítica e reflexiva (BOAVA; BOAVA; SETTE, 2014).

O sexto e último fator diz respeito às possíveis influências dos níveis de educação formal, informal e não formal (GOHN, 2006) na formação do ponto de vista dos respondentes acerca da RSC. Nesse sentido, a despeito de se considerar neste estudo a relevância da educação formal presente no curso de graduação em administração da UFES, não se pode negligenciar a relevância das contribuições da educação informal e não formal na construção deste ponto de vista. Em outros termos, considera-se nesse estudo que a experiência de vida dos respondentes (educação informal e não formal) provavelmente teve relevante contribuição na formação do ponto de vista acerca da RSC.

Com isso, acredita-se que a articulação entre esses seis fatores de forma sistêmica permite uma melhor compreensão dos resultados da pesquisa, pelo menos no que tange a formação educacional do administrador. Isto posto, assume-se que a educação é um processo complexo e holístico (CAPRA, 1996) cujas explicações e/ou compreensão dos seus resultados não podem ser atribuídos a um ou poucos fatores isoladamente.

6. CONCLUSÕES

Pretendeu-se com este estudo identificar o ponto de vista de discentes em administração acerca da noção de RSC. Para isso, aplicou-se uma pesquisa *survey* (BABBIE, 2005) junto aos discentes do curso de graduação da UFES. Os dados foram coletados por meio de triangulação (DENZIN, 1989; JICK, 1979) ao articular pesquisa documental e aplicação de questionário junto a uma amostra probabilística de 241 discentes matriculados nos turnos matutino e noturno.

Os resultados indicam que do ponto de vista dos respondentes a pirâmide de RSC proposta por Carroll (1991) precisa ser revista. Enquanto que para Carroll (1991) a RSC representa o conjunto de quatro dimensões organizadas hierarquicamente tendo como a base da pirâmide a dimensão econômica seguida das dimensões legal, ética e filantrópica, para os respondentes a pirâmide da RSC organiza-se de forma invertida, ou seja, a base da pirâmide é a dimensão filantrópica seguida das dimensões éticas, legal e econômica.

Os resultados indicam uma visão alternativa e radicalmente diferente de postulados apresentados por Friedman (2014) e por Carroll (1991). Com isso, os resultados sugerem a existência de outras possibilidades de se repensar o universo corporativo, em que a dimensão filantrópica seja a principal direcionadora dos propósitos organizacionais.

Considerando que os respondentes são atualmente discentes de administração e no futuro serão os profissionais que estarão tomando decisões nas organizações, torna-se necessário refletir sobre as possíveis explicações e implicações desses resultados para a prática profissional. Em uma das linhas interpretativas, as possíveis explicações para esses resultados podem estar relacionadas ao processo de formação educacional obtido no curso de administração da UFES em que se destacaram seis fatores complementares. No conjunto, estes fatores caracterizam a preconização de uma formação mais crítica e reflexiva sem deixar de considerar aspectos técnicos e funcionalistas da atividade administrativa. Além disso, a formação educacional plena viabilizada (1) pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e (2) pela atuação de um corpo docente qualificado e envolvido em projetos de pesquisas e orientações, contribui para a formação de um profissional mais consciente das questões de natureza ética e socialmente responsável.

Como contribuições os resultados da pesquisa preenchem lacunas deixadas por estudos anteriores (SANTOS; SILVA, 2013; SILVA; CHAUVEL, 2011; MEDEIROS, BORGES; SÁ, 2007) que se preocuparam em abordar a temática de forma qualitativa voltadas para aspectos relacionadas ao ensino de administração e a importância da RSC. Além das lacunas preenchidas, o estudo remete a necessidade de repensar a educação nos cursos de administração no Brasil, caracterizado como predominantemente funcionalista e deficiente por Boava; Boava e Sette (2014) e como uma fábrica de administradores por Nicolini (2003). Um caminho neste repensar remete à concepção de formação como um processo holístico (CAPRA, 1996), que privilegie a formação plena (ensino, pesquisa e extensão) com a participação de docentes qualificados e preparados para tal finalidade.

O estudo apresenta limitações, sendo as principais o fato de ter investigado apenas o ponto de vista de discentes de um único curso e de forma quantitativa por meio de um *survey*. Como sugestões para estudos posteriores, seria relevante aprofundar os resultados da pesquisa junto a esta mesma população por meio de um estudo qualitativo conduzido, por exemplo, via grupos focais. Outra possibilidade seria conduzir uma pesquisa semelhante junto a uma outra IES que ofereça o curso de administração que tenha como característica ser uma faculdade privada. Dessa forma, seria possível comparar as influências da natureza da IES, da concepção do curso descritas no PPC, bem como da atuação do corpo docente. Sugere-se também, ampliar o estudo geograficamente para alcançar o contexto regional e/ou nacional.

Espera-se que os resultados aqui apresentados possam indicar caminhos para que gestores universitários, gestores de políticas públicas e empresários reflitam sobre dois

aspectos essenciais tratados no texto: a noção de RSC e a formação educacional do administrador. Considera-se essas duas questões essências para a construção de uma sociedade melhor, mais justa e socialmente responsável.

7. REFERÊNCIAS

- ALCADIPANI, R.; CALDAS, M. P. Americanizing Brazilian management. **Critical Perspectives on International Business**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 37-55, 2012.
- ALMEIDA, F. J. R. de. **Responsabilidade social das empresas e valores humanos: um estudo sobre atitude dos gestores brasileiros**. 2007. 466 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007.
- ASHLEY, P. A. Responsabilidade social nos negócios: um conceito em construção. In: ASHLEY, P. A. (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 2-16.
- AUPPERLE, K.; CARROLL, A.; HATFIELD, J. An empirical investigation of the relationship between corporate social responsibility and profitability. **Academy of Management Journal**, [S.l.], v. 28, n. 2, p. 446-463, 1985.
- AUPPERLE, K.; HATFIELD, J.; CARROLL, A. Instrument development and application in corporate social responsibility. **Academy of Management Annual Meeting Proceedings**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 369-273, 1983.
- BABBIE, E. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- BARET, P. L'évaluation contingente de la performance globale des entreprises: une méthode pour fonder un management socialement responsable? In: ROSE, J-J. (Ed). **Responsabilité sociale de l'entreprise, pour un nouveau contrat social**. Bruxelles: De Boeck & Larcier, 2006. p. 135-152.
- BOAVA, D. L. T.; BOAVA, F. M. F. M; SETTE, R. de S. Meditações funcionalistas: cinco reflexões sobre a administração. **Revista Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 82-104, 2014.
- CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CARROLL, A. B. Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct. **Business & Society**, [S.l.], v. 38, n. 3, p. 268-295, set. 1999.
- CARROLL, A. B. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. **Business Horizons**, [S.l.], v. 34, n. 4, p. 39-48, jul./aug. 1991.
- CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (Brasil). Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 de julho de 2005, Seção 1, p. 26.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER. P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016. 712 p.
- DENZIN, N. **The research act: a theoretical introduction to sociological methods**. 3. ed. Prentice Hall, New York, NY, 1989.
- FARIA, A.; SAUERBRONN, F. F. a responsabilidade social é uma questão de estratégia? uma abordagem crítica. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 7-33, 2008.
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- FREEMAN, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.
- FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: LTC, 2014.

JICK, T. D. Mixing qualitative and quantitative methods: triangulation in action. **Administrative Science Quarterly**, [S.l.], v.24, n.4, 1979.

GOHN, M. da G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOND J-P.; MULLENBACH-SERVAYRE, A. Les fondements théoriques de la responsabilité sociétale de l'entreprise. **La Revue des Sciences de Gestion: Direction et Gestion**, Paris, n. 205, p. 93-116, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior 2010**: divulgação dos principais resultados do censo da educação superior 2010. Brasília: INEP, 2011.

MEDEIROS, C. R. de O.; BORGES, J. F.; SÁ, R. C. R de. A formação do administrador e a responsabilidade corporativa: ambigüidades e contradições no comportamento do futuro gestor. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

MOZATTO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise crítica nos estudos organizacionais: concepção de indivíduo sob a perspectiva emancipatória. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 503-519, 2013.

NICOLINI, A. Qual será o futuro das fábricas de administradores? **Revista de Administração de Empresas – RAE**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 44-54, 2003.

PARMAR, B. L. et al. Stakeholder theory: the state of art. **The Academy of Management Annals**. [S.l.], v. 4, n. 1, p. 403-445, 2010.

PURNELL, L. S.; FREEMAN, R. E. Stakeholder theory, fact/value dichotomy, and the normative core: how Wall Street stop the ethics conversation. **Journal of Business Ethics**, [S.l.], v. 109, p. 109-116, 2012.

SANTOS, J. P. dos; SILVA, R. C. M. da. A percepção dos estudantes sobre o ensino da responsabilidade social corporativa na graduação em administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, n. 14, n. 2, p. 377-401, 2013.

SILVA, R. C. M. da; CHAUVEL, M. A. Responsabilidade social no ensino em administração: um estudo exploratório sobre a visão dos estudantes de graduação. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 5, p. 1539-1563, 2011.

SILVA JUNIOR, A. da; MUNIZ, R. M. A regulamentação do ensino superior e os impactos na gestão universitária. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NAS AMÉRICAS, 4., 2004, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis: INPEAU, 2004.

TRAGTENBERG, M. **Sobre educação, política e sindicalismo**. 2. ed. São Paulo: Editores Associados; Cortez, 1990.

URDAN, A. T.; HUERTAS, M. K. Z. A ética no ensino de marketing: graduandos em administração no Brasil versus Estados Unidos. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004.

VIEIRA, M. M. F.; CALDAS, M. P. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 59-70, 2006.

XAVIER, W.; MARANHÃO, C. Responsabilidade social: a privatização do público. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 53, p. 297-309, abr./jun. 2010.